



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2017

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e dezassete, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II– PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2017;

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.3-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2016, E AINDA A APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICÍPIO; DE SANTA COMBA DÃO;

2.4-1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.5-RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO E CONTAS DO ANO DE 2016 DA PROFACADEMUS – ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO = APRECIAÇÃO;

2.6- RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO E CONTAS DO ANO DE 2016 DA COMBANIMBA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM LIQUIDAÇÃO = APRECIAÇÃO;

2.7- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2016 (ALÍNEA D) DO Nº2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO)= APRECIAÇÃO;

2.8-AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP / PROPOSTA DE PLANO DA DIVIDA E JUROS, REFERENTE À REPOSIÇÃO DA OPERAÇÃO: CENTRO -09-650-FEDER-004004 E CENTRO -09-0656-FEDER-001001= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

III– PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados: António José Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, José dos Santos Castanheira Neves, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Luís Miguel Ferreira Marques, Pedro Miguel Soares Veloso, Joaquim Pereira Rodrigues, Urbana Maria Coimbra Sousa, António do Couto Venâncio Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques.

Com a presença de vinte e cinco deputados, treze deputados do Partido Socialista (PS); onze deputados do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrático (PPD/PSD) e um deputado do Partido Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP).

A sessão começou com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, depois de cumprimentar a Assembleia Municipal, abriu as inscrições para as intervenções dos senhores deputados neste período dos trabalhos.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Tiago Costa e na sua intervenção saudou a cerimónia ocorrida no dia vinte e cinco de abril em Santa Comba Dão, não se referindo à efeméride do dia em que se celebra o resgate do povo português do regime ditatorial mas sim à magnífica comemoração do dia experienciado na nossa cidade, com a tradicional comemoração oficial do dia da liberdade, no Largo de Município, com o hastear da bandeira e o costumado desfile da fanfarras dos Bombeiros Voluntários pelas ruas da cidade e em especial a comemoração solene em sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, na comemoração dos 40 anos do Poder Local Autárquico. Aos responsáveis pelo evento, em especial ao autor da ideia e pela organização do mesmo, e ao responsável pela sua concretização que muito trabalho há-de ter dado. Em nome do Partido Socialista parabenizava o Sr. Presidente desta Assembleia Municipal. Foi de facto uma iniciativa muito feliz e digna carregada de simbolismo e todos os presentes, acreditava, haviam experienciado diversos momentos de grandes emoções. Aos que se encontram entre nós foi uma forma de agradecer em vida e aos que já não se encontram foi uma forma de avivar a saudade e o orgulho que temos em quem se empenhou na edificação de um concelho melhor cujo legado moral nos inspira em cada dia. Como diz o Padre António Vieira – “O efeito da memória levar-nos-á aos ausentes para que estejamos com eles e trazê-



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

los para até nós para que estejam connosco”, e estiveram com certeza, não só a assinalar os 40 anos do Poder Local Autárquico que constitui um desafio à capacidade coletiva e ao mesmo tempo visitar o passado de muito trabalho. Rever o presente e ser capaz de imaginar e inspirar os caminhos do futuro. Nesta senda, questiona quem não saiu da Casa da Cultura com dobrada vontade de fazer mais e melhor pelo nosso concelho, e como dizia o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira era unir esforços e lutar pela camisola de Santa Comba Dão. Indiretamente, teve o efeito de motivar os presentes e os responsáveis pela estratégia política do concelho, para a continuação do rumo ao progresso que o nosso concelho tanto necessita. Por hora podíamos não ter o desafio financeiro dos concelhos vizinhos, podíamos não ter clubes de futebol nas principais divisões do futebol português, mas havia fatores endógenos que certamente nos catapultava para outro patamar económico merecido e do qual nunca nos deveríamos ter desviado, como seja a nossa localização ímpar, os nossos jovens promissores e muito qualificados, assim, como os eventos realizados, como é o caso este fim de semana com certame das nossas broinhas.

Tomou, de seguida, a palavra o Sr. Deputado António Correia, dizendo que se reviu, genericamente, quase na totalidade nas palavras do Sr. deputado Tiago Costa, concordava com o momento na elevação do concelho e da democracia. Achava que o repto que o Sr. Deputado Tiago deixava foi um momento que nos podia motivar a juntar sinergias e forças para melhorar cada vez mais a nossa Terra. Depois colocou a questão da estratégia para o turismo, dizendo que estamos quase no final do mandato e muito se tinha falado na área do turismo e que recentemente foi implementado pelo Município uma estratégia de comunicação em termos de turismo com um slogan - “Santa Comba Dão fica no Coração”, até achava interessante, contudo, ficou surpreendido pois toda esta estratégia nos tinha sido mostrada sem ouvir a esmagadora maioria dos operadores turísticos que trabalham todos os dias no nosso território. A ser verdade gostaria de saber porque é que isso aconteceu e qual a estratégia. Alegadamente, esta estratégia, tinha sido entregue apenas a um promotor turístico, que muito saúda na preservação do nosso território, que está cá há relativamente pouco tempo, e, se assim foi, esperava uma clarificação, se houvesse uma razão sustentável que não conseguia vislumbrar e nem percebia como se pretendia implementar uma estratégia turística e de comunicação em termos turístico sem envolver toda a gente ligada à área. Era algo que lhe fazia uma confusão enorme. Depois queria saber qual o quadro estratégico para o turismo, passados quatro anos, queria que o Sr. Presidente da Câmara fizesse um ponto da situação da Marca Salazar, queria saber claramente o que foi feito, o que se perspectiva do que ia ser o projeto, deste período histórico daqui a dez anos. Por outro lado gostava de saber o ponto da situação sobre os grandes traços do tema Estado Novo – Salazar. Passaram quatro anos acrescentou e foi dito nesta Assembleia que a antiga Escola Cantina Salazar teria um projeto inicial sobre esta matéria e até hoje nada. Também achava que a iniciativa das broinhas, a decorrer este fim-de-semana, era de louvar, e que o Sr. Presidente da União de Freguesias tinha agarrado muito bem este projeto e que o devia continuar. Contudo, o que pode potenciar em termos turísticos e todos os outros projetos adjacentes era a marca Salazar, não valia a pena fugir a isto. Relativamente às termas do Granjal o que é que se perspectivava, para além de já termos as licenças para a exploração das águas termais



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]

perguntava como é que estava a ser desenvolvido o projeto. No que dizia respeito à Senhora da Ribeira gostaria que o Sr. Presidente da Câmara desse uma informação mais concreta. Por último gostava de deixar um repto, estava a decorrer um musical no concelho de Carregal do Sal ligado a Aristides Sousa Mendes, que só existiu por ter existido Salazar, era para olharmos para esses exemplos da marca que se faziam no sentido positivo do tema para aquilo que podíamos potenciar, achava que esse era o caminho que poderíamos ter a médio prazo independentemente dos ciclos políticos.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, para dizer que o que tinha acontecido nos Paços do Concelho e na Casa da Cultura o emocionou, que no desfile dos Bombeiros Voluntários reparou com muito agrado na escolinha dos bombeiros e que podíamos estar descansados quanto ao futuro desta Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão. Relativamente ao que aconteceu na Casa da Cultura foi um momento de alta simbologia cívica e política, todas as intervenções dos líderes parlamentares pautaram pela moderação, estiveram todos unidos a para prestar, muito humildemente, uma homenagem muito simples para os que abriram os caminhos e nos conduziram até aqui. Não devia ter sido nada fácil aos pioneiros da democracia neste concelho, assim como noutros concelhos deste país, lutarem pela implementação das novas ideias, sabíamos quão difícil era mudar mentalidades, em qualquer altura. Também disse que o início do espetáculo o deixou embevecido, pois os jovens deste concelho sabem o que querem, para onde vão e que o futuro deles e o nosso estava garantido. Deu através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, um dos promotores deste espetáculo, os parabéns a todos os envolvidos. Houve, neste evento duas vozes espetaculares, de dois grandes artistas, que iam longe, e o encheram por completo, um espetáculo que ficaria bem em qualquer sala de espetáculos do país. Pedia ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para parabenizar esses jovens em seu nome. Depois perguntou como estava a decorrer o processo Salazar. No que dizia respeito à Fornecedora, tinham-no informado que numa parte do edifício havia determinados objetos, que tinham um alto valor histórico, e que deviam ser preservados pois estavam a ser alvo de inundações e de deterioração porque o telhado tinha desabado, por isso queria saber que mediadas a Câmara estava a tomar relativamente a este assunto. Em relação a Salazar sabia que alguns objetos ainda não tinham sido oficialmente doados à Câmara, pretendia saber o que o Executivo ia fazer relativamente a este assunto que se arrastava há oito anos e não era um problema só deste Executivo.

O Sr. Deputado Luís Artur Pereira tomou a palavra para dizer que a sua intervenção vinha no seguimento de uma intervenção feita na sessão da anterior da Assembleia Municipal e que não tinha dado frutos. Já se tinha ouvido aqui falar muito de investimentos, da sua importância para o concelho, ouviu isto durante 4 anos e, no entanto, continuava a verificar que o site da Câmara continuava a ter falta de informação na página que dizia respeito ao investimento. Esta situação deixava-o perplexo, pois não era preciso qualquer meio financeiro porque a Câmara, certamente, devia ter técnicos para o fazer, bastava que alguém lhes dissesse para o fazer e o que colocar na página do investimento.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Pedro Nunes, que em primeiro lugar colocou a questão acerca da Ribadão – unidade Industrial que representa um papel preponderante no tecido empresarial do concelho. Esta unidade industrial tinha uma candidatura ao QREN para mais uma unidade produtiva no âmbito do seu processo de expansão e que representava um aumento significativo de postos de trabalho. Sobre esta matéria de criação da Ribadão, julgava que era estruturante para o nosso território e que devia ser assumida por todos tendo em conta a sua importância. Não tendo terreno suficiente para a sua atividade constatou a necessidade de adquirir uma parcela privada contígua. Pelo que sabia, a unidade industrial entrou em negociações com o proprietário mas não houve resultados práticos, por via disso a Câmara Municipal dispôs-se agilizar um processo de expropriação que já se arrastava há mais de um ano e cuja proposta foi levada à última reunião de Câmara, no entanto não tinha sido votada. Por isso, queria que o Sr. Presidente da Câmara dissesse, exatamente, o que se passou para não haver votação sobre esta matéria tão importante e que exigia máxima celeridade. Numa altura em que devia estar na agenda do dia a captação de investimento não se podiam correr riscos, não podia haver a certeza que a Câmara não tinha feito tudo o que estava aos seus alcances, com o máximo comprometimento possível, em tempo útil, para a resolução desta e de outras questões de investimento desta natureza, porque estávamos a falar de emprego, de desenvolvimento e de uma estratégia de afirmação mais forte do que nunca que a nossa terra precisava e que desta forma tarda em aparecer.

Seguiu-se o Sr. Deputado Luís Marques, dizendo que a sua intervenção vinha no seguimento do que tinha andado a falar, cumprido o 1º trimestre de 2017 e volvidos quatro anos de governação do atual Executivo, o grupo parlamentar do PPD/PSD questionava sobre a estratégia de atração de investimento para o concelho de Santa Comba Dão, pretendia um esclarecimento sobre a criação de condições para o desenvolvimento de empresas do tipo startup, normalmente empresas ligadas à área tecnológica, sabia que nos concelhos vizinhos isso estava a ser desenvolvido e com alguns casos de sucesso. Falava de uma indústria não poluente e em certos casos passava por ter uma secretária e um ponto de ligação à Internet, que criava empregos bem remunerados e este tipo de ecossistemas acabavam por atrair investimento. Como muitos sabiam atraem emprego qualificado, catapultam a expansão económica e acima de tudo acabam por potenciar o rejuvenescimento do tecido empresarial, com uma taxa de esforço mínimo e um elevado ganho potencial. Questionava o que estava a ser feito, quais as entidades que tinham sido contactadas para atrair as infraestruturas que permitiam o desenvolvimento dessas empresas e acima de tudo qual a visão estratégica para o concelho daqui a dez anos.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Começou por dizer que fazia suas as palavras do Sr. Deputado Tiago Costa, ao fazer referência ao momento de grande significado das cerimónias da comemoração do 25 de Abril e dos 40 anos do Poder Local Autárquico. Foi de um grande sentido, de dignificação e de homenagem aos primeiros autarcas eleitos, à sua intervenção no contexto em que estavam na época e isso foi de enorme significado e que se não valorizássemos o passado não conseguíamos



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perspetivar o futuro, por isso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a todos aqueles que colaboraram na montagem da cerimónia, dava os parabéns. Relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira a dignidade desta homenagem deu-se fundamentalmente ao facto de dois jovens que participaram mostrando as suas qualidades e o momento inicial com a orquestra fez-nos pensar que isso se devia à existência do Conservatório de Música e Artes do Dão (CMAD) que potência o aparecimento destes valores, muitos deles já têm continuidade em termos de estudos superiores, em termos de prémios em concursos internacionais. Isso devia fazer-nos pensar, a todos, no que aconteceu no passado relativamente a esta matéria.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado António Correia, nesta primeira fase, limitar-se-á a responder às questões iniciais que colocou em relação à estratégia para o futuro em termos de turismo. Constatou que com certeza o Sr. Deputado não leu a informação sobre a atividade do Município, pois muitas das questões que colocou estão lá esclarecidas. Sobre a pergunta porque é que não se ouviam os operadores, o Sr. Presidente da Câmara respondia que nunca em nenhum Executivo se ouviu tanto os operadores como neste, já tinham sido feitas muitas reuniões com os operadores. Relativamente à questão concreta da imagem que foi divulgada e o contexto em que aconteceu era que havia um mal entendido sobre o assunto. Quando foi a participação na feira da BTL foram chamados algumas pessoas para participar o operador privado, de que está a falar que muito nos honra e que é uma mais valia para o desenvolvimento do concelho, disponibilizou-se para apresentar um modelo na BTL. Não foi pedido nada e nunca ficou definido que a frase - Santa Comba Dão fica no Coração, iria ser usada para a divulgação do turismo, isto partia do que era o voluntariado. Também uma santacombadense que tinha uma empresa e trabalhava em marketing comercial se disponibilizou, pró bono, a apresentar uma imagem para a estratégia do desenvolvimento do turismo e do concelho, tendo vindo a trabalhar e a discutir com os técnicos do município da área e ainda envolvido algumas pessoas que têm conhecimento sobre estratégias de marketing têm sido ouvidas nesta questão. A imagem foi utilizada especificamente para a BTL. O Sr. Presidente da Câmara reforçou que o Sr. Deputado devia estar mal informado, pois já se fizeram inúmeras reuniões quer a nível geral, quer especificamente em cada uma das áreas com os operadores turísticos e nenhum executivo teve o trabalho de ouvir tanto para criar estratégia.

A questão da estratégia para o turismo no que dizia respeito a Salazar, termas do Granjal e Senhora da Ribeira responderia quando abordasse o assunto sobre a atividade do Município. Contudo, sobre a questão do Salazar respondia ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira. Nunca um Executivo trabalhou a marca Salazar como este, estando a fazê-lo sem alarido e de um modo sério. Neste momento tinha sido feito um projeto para requalificar a Escola Cantina Salazar e chegaram à conclusão que a podiam classificar como monumento de interesse nacional, porque a Cantina Escolar Salazar foi precursora de toda a ação social do Estado Novo. Existia um conjunto de informações e documentação sobre o assunto e era a partir daí que iam trabalhar. Outra questão trabalhada foi o projeto de requalificação da referida escola, para poder ser potenciada como Centro Interpretativo do Estado Novo, foi feita e apresentada uma candidatura à ADICES no âmbito do PRODER – Projeto de Renovação de Aldeias, que permitirá, não na totalidade mas parte significativa, a abertura de uma sala demonstrativa daquilo que



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vai ser o centro interpretativo do Estado Novo. Pretendia criar um projeto ao longo de dez anos. No âmbito da ADICES foi apresentada uma nova candidatura ao Programa Valorizar e que se chama Rota das Figuras do Estado Novo, que pretende criar um território ligado a várias figuras do Estado Novo. Uma pergunta que se podia colocar era: porque é que o património imobiliário da Cantina Escola Salazar ainda não foi construído e o de Aristides Sousa Mendes já? A diferença era que o próprio Aristides Sousa Mendes foi considerado de interesse nacional na comunidade e a Cantina Escola Salazar já foi considerada património de interesse nacional para que em futuras candidaturas se pudesse vir a beneficiar desse facto. Relativamente ao processo Salazar cujos bens móveis foram doados durante o anterior Executivo perante um determinado conjunto de contrapartidas. Esses bens estiveram sempre acondicionados em caixotes, inicialmente na cave da Casa da Cultura, há uns tempos foram transportados para um local de maior segurança, localizado no edifício do ex-GAT. Quando o Sr. Rui Salazar colocou em tribunal a exigência do pagamento de um determinado valor pelos bens doados, o que na altura foi proposto à Sr. Dr. Juíza e que foi aceite, era de fazer, uma avaliação desses bens para ver se correspondiam ao que era o valor pedido. Esse trabalho estava a ser feito, era moroso, tinham uma pessoa na Câmara com muita competência na área para o fazer e até ao momento nada de significativo foi encontrado. Para a Câmara não havia dúvida de que o que foi doado foi doado e era nessa lógica que a defesa assentava. A maioria dos bens que constavam não tinham nenhum valor e sido pedido o prolongamento do prazo à Sr. Dr. Juíza que concedeu, para avaliar corretamente. Sobre os objetos que estavam na Fornecedora e tinham a ver com o telhado desabado, não era verdade. Há, efetivamente, bens que ali estavam mas não no local do desabamento do telhado.

Sobre a questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Artur Pereira mas que tinha razão mas que teria de ser analisado o porquê disto continuar assim.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Pedro Marques sobre a unidade industrial Ribadão o Sr. Presidente da Câmara disse que já aqui tinha abordado o problema. Fazendo um pouco de história, até se chegar ao ponto da situação de hoje. O anterior Executivo tinha vendido à Ribadão um lote de terreno na zona industrial da Guarita para a instalação de uma unidade industrial da Ribadão, entretanto houve uma empresa que resolveu instalar-se nesta zona industrial, o Executivo de então pediu ao administrador da Ribadão se estava disponível para fazer a reversão desse lote e permitir a instalação dessa empresa, isto seria feito com o compromisso de arranjar um outro lote de terreno para a instalação da Ribadão. O anterior Executivo propôs ao administrador da Ribadão que em vez de ficarem na Guarita, no lote que tinha sido feita a reversão, ficassem instalados na zona industrial das Lameiras, porque até tinham maior acessibilidade pela proximidade da IP3, o que não foi aceite porque pretendiam um terreno ao lado das instalações da unidade industrial. Fazia sentido até certo ponto, só que esse terreno pertence a particulares. Na altura foram encetadas negociações para a compra desses terrenos pelo anterior Executivo mas nunca chegaram a acordo com os proprietários, a própria Ribadão encetou negociações para a compra dos mesmos e também não obteve resultados. Fruto desse insucesso o Executivo anterior desenvolveu um processo de alteração do PDM no sentido de transformar os terrenos que estavam ao lado da Ribadão, que pertenciam a essa quinta, em área industrial, o que veio a acontecer com o Executivo anterior.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em Setembro de 2013, perante algumas conversas e ofícios trocados com a Ribadão, o Executivo de então comprometeu-se a dar, nos terrenos anexos, à unidade industrial o terreno em troca do lote que tinha sido vendido na Guarita e não fez mais do que isso. O que este Executivo tentou fazer foi a negociação privada, que não resultou. Entretanto foi iniciado um processo de expropriação, mas para isso era preciso ter dotação financeira disponível para que se tomasse posse administrativa dos terrenos. É um processo com alguma complexidade, para o iniciar não o poderiam fazer se não tivessem o valor correspondente à totalidade do terreno. Tiveram de fazer uma peritagem para fazer a avaliação do terreno, com base nisso encetaram todo o procedimento para levar a reunião de Câmara. Na reunião de Câmara todos tiveram algumas dúvidas da forma como estava fundamentado todo o processo de expropriação, daí ter sido retirado para outra análise jurídica para se poder de um modo mais consolidado e sem dúvidas do que pudesse acontecer no futuro ser levado a nova reunião de Câmara. Para responder às questões aqui colocadas sobre este assunto seria muito lógico que todo este processo de expropriação, iniciado pelo Executivo anterior e que recebeu quarenta e tal mil euros, o Sr. Presidente da Câmara não sabia precisar o valor, pela venda do lote que era da Ribadão, em vez de ter gasto o dinheiro noutras coisas podiam tê-lo reservado para iniciar o processo de expropriação, com certeza na altura podia ter sido mais barato. A pergunta que deixava no ar, como Presidente da Câmara, era: porque não o fizeram se o dinheiro existia, na altura, e devia ter sido aplicado neste processo de expropriação?

Relativamente ao desenvolvimento industrial dizia que nunca nos últimos dez anos aconteceu uma estratégia de captação de investimento industrial como aconteceu com o atual Executivo, a pergunta que o Sr. Presidente da Câmara deixava no ar era a seguinte: nos últimos dez anos qual foi a indústria de grande dimensão que se instalou em Santa Comba Dão?. Neste momento estava em fase bem adiantada de construção uma empresa que numa primeira fase ia empregar oitenta a noventa trabalhadores e que já tinham previsto um plano de expansão. Simultaneamente ligada a esta unidade existiam outros investimentos em áreas complementares para os quais estavam a ser feitas negociações para se virem a instalar em Santa Comba Dão. Relativamente a este assunto fica claro que mesmo com as enormes dificuldades financeiras que este Executivo teve fruto do passado e que mesmo que tentássemos esquecer o passado este vinha sempre bater-nos à porta.

As dificuldades financeiras foram de tal ordem que o esforço é a maior obra que este Executivo fez em Santa Comba Dão, neste mandato, é bom que se diga, foi o reequilibrar as contas do Município, daí ser a maior obra. Afirmou que se hoje tínhamos condições de poder perspetivar o futuro de Santa Comba Dão com uma dose de esperança e a certeza que as coisas corriam bem era porque haviam feito este percurso. Portanto, quando grande parte do esforço foi feito no sentido da redução do endividamento aos fornecedores, na resolução de problemas complicados que havia como o caso da Transdev e das refeições escolares, em que toda a gente se negava a praticar estes serviços, mesmo assim o atual Executivo não deixou de perspetivar o desenvolvimento económico do concelho através do turismo e da captação de novas indústrias. Se não fossem estes problemas herdados do anterior Executivo Santa Comba Dão já seria um caso de sucesso.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2017;

Na apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2017, esta foi aprovada por unanimidade, com vinte e seis votos, sendo treze votos do PS, doze votos do PPD/PSD, um voto do CDS/PP. Não participou na votação a Senhora Deputada Maria José Tavares, por não ter estado presente na última sessão da Assembleia Municipal.

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

O Sr. Presidente da AM deu a palavra ao Presidente da Câmara que nos termos do nº1 do artº 16 do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou a informação sobre a atividade do Município, no período compreendido entre vinte e cinco de fevereiro e vinte e nove de Abril e da situação financeira do mesmo, relativamente à Execução do Orçamento do Município de Santa Comba Dão para 2016, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), cumprindo o preceituado no n.º 13.

Na situação financeira salienta-se que da análise económica ressalta um valor de proveitos de 9.241.569,29€ superior ao ano de 2015 em 21,31%. Quanto aos custos, verificou-se, comparativamente a 2015, uma diminuição de 3.817.062,51. Relativamente ao endividamento, a dívida total da área do município diminuiu de 16.316.490€ para 14.069.329 €. Quanto às dívidas a terceiros de curto prazo reduziram 811.417,08€, esta dívida inclui o valor de 783.619,51€ referente à obrigatoriedade de devolução à Agência para a Coesão e Desenvolvimento no âmbito da rescisão dos contratos de financiamento do QREN. As dívidas de longo e médio prazo reduziram 1.389.577,01€, nesta dívida está incluído o valor de 239.245,55€ resultante da participação no capital social do FAM a realizar nos anos de 2018 a 2021. O total da dívida a terceiros reduziu de 15.737.927,02€, para 13.536.932,93€ uma redução de 2.200.994,09€. Deste modo em 2017 será dada continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido na senda da reabilitação económica e financeira do município, o que permitirá ao concelho retomar o desenvolvimento económico.

Terminada a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira. Na sua intervenção o Sr. Deputado viu que as associações em geral estavam a desenvolver várias iniciativas mas tinha algumas questões a colocar, a primeira foi a de que decorreram várias efemérides, que deviam ter passado um bocado ao lado, como por exemplo poesia no feminino, dia mundial da árvore, dia mundial da poesia. Destacava o dia mundial da poesia porque lhe dizia respeito, pois elegeram-no, democraticamente, como representante da Associação dos Poetas Portugueses neste concelho. Verificou com agrado a iniciativa assumida pela Universidade Sénior neste mesmo âmbito, no espaço do café Chorão ao ar livre para que todas as pessoas pudessem participar, por isso convidaram-no nessa função e também como professor de português para proferir uma breve conferência sobre o que era a poesia. Acrescentou que era pena que as escolas da sede do nosso concelho não se tenham apercebido do valor intrínseco desse dia, pena que por vezes se esquecem das pessoas, que também foram professores nesse estabelecimento, e não lhe tenham dirigido um convite na função de representante da Associação dos Poetas Portugueses neste concelho para participar nas atividades decorridas nesse dia na escola. Ficava mal a um estabelecimento de ensino em que uma das principais funções era defender a língua portuguesa, não dedicar nem uma hora para encetar um diálogo aberto com os alunos para os sensibilizar para importância do texto poético. Ficava aqui o seu reparo para que no próximo ano isso não volte a acontecer. Também era pena, e o Sr. Presidente da Câmara teve oportunidade de assistir, quando decorreu uma iniciativa na Biblioteca Municipal Alves Mateus em que foi convidado o escritor Ricardo Fonseca Mota, só estavam meia dúzia de pessoas. Era uma péssima imagem que transmitíamos para fora, se as pessoas não estavam interessadas não se fazia nada. Exigíamos muito da cultura, que se façam muitas coisas mas as pessoas não apareciam. Considerou que ele e o Presidente da Câmara, tal como todos, interrogamo -nos o que é que estamos ali a fazer? Por vezes a culpa não era de quem organizava mas da indiferença da comunidade onde as ações decorrem, há que sensibilizar e chamar a atenção da comunidade, porque se exigia aos agentes políticos e culturais para que se faça tinham de aparecer e participar. Depois disse que mais uma vez Rojão Grande estava na ordem do dia, porque apesar de ser uma localidade pequena tinha uma iniciativa cultural louvável, esperava que as outras juntas freguesias também ajudassem as suas associações para que elas pudessem desenvolver iniciativas similares a esta porque se houver iniciativa e dinamismo cultural em todas as juntas de freguesias todo o nosso concelho tinha a ganhar. Acrescentou que toda a gente que vivia cá tinha direito à cultura e nada melhor do que as associações que proliferam um pouco por todo o concelho para proporcionar isso. Relativamente, ao significado do que Marcelo Rebelo de Sousa dizia no seu discurso em que se pedia à política transparência e eficácia e parecia que muita gente ficou chocada com essa terminologia, era isso que se pedia na apresentação das contas, havia duas coisas fundamentais: pedir transparência e não fomentar dúvidas, ter eficácia, ver efetivamente que os dinheiros de todos nós estavam a ser bem geridos era porque a administração e a gestão tinham de ser eficazes, significava que via com agrado que efetivamente a dívida tinha vindo a diminuir, que se vislumbrava uma luz ao fundo do túnel. Isto significava que todos devíamos unir esforços e ser responsáveis pelo progresso deste concelho, dar oportunidade a que não se criassem problemas para o concelho começar a singrar no caminho da prosperidade com um



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bom comércio, com um bom tecido industrial e com criação de emprego. É esta palavra de esperança no futuro que aqui deixava para todos podermos refletir sobre esse futuro.

Em seguida interveio o Senhor Deputado António Correia, dizendo que quando eram colocadas questões e se pediam clarificações sobre processos não tinham a ver especificamente com o facto de estarem distraídos ou não lerem a informação, havia muitas questões que não vinham na informação e que o Sr. Presidente da Câmara tinha a oportunidade de clarificar e nalgumas delas ficavam satisfeitos pois os interesses do concelho estavam acima de tudo. Na questão da imagem - Santa Comba Dão fica no Coração, ainda ficou com uma dúvida, esta imagem não era a imagem oficial para ser utilizada, foi utilizada especificamente na BTL e foi criada pelo promotor turístico a que já se referiram. Depois disse que o Sr. Presidente da Câmara se referiu que existe uma santacombadense a trabalhar pro bono na questão da imagem ligada ao turismo, o que queria perguntar era se este operador no trabalho que desenvolveu para o BTL também foi pro bono, não tinha essa informação e ficava a nota que o Sr. Presidente da Câmara disse que foi pro bono. Por último referiu que ficava satisfeito com a ecopista e o acesso previsto.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Manuel Leitão, após ler a informação sobre a atividade do município e de apurar a preocupação de todos os presentes, queria dizer que já existia uma plataforma para começar a trabalhar e que queria gostaria de fazer alguns reparos relativos a alguma informação presente. No que tocava ao quartel dos Bombeiros Voluntários disse que quando cá veio o Sr. Secretário de Estado e falou na questão de serem uma base de apoio logístico que se notou logo que alguns concelhos ficaram incomodados - Mangualde, Moimenta da Beira e Armamar, porque quando Santa Comba Dão queria emergir preocupava quem estava à sua volta. Já tinha falado com o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador João Onofre, que também era ligado aos bombeiros, mais do que uma base logística tínhamos condições de criar uma plataforma de emergência e achava que isso não era só bom para servir todos os munícipes mas para criar trabalho e alguma dinamização do nosso concelho. Também referiu que havia a ideia de criar um campo de futebol sintético pois havia uma grande atividade dos Pinguinzinho e que este trabalhava muitas vezes em condições não muito boas. Em relação há cultura, não era só o Rojão Grande, também a filarmónica de São João de Areias havia feito um bonito espetáculo e que felizmente as pessoas deixaram de ter uma barreira de vir à Casa da Cultura que era de todos. Disse ainda que não gostava de estar a falar sempre da mesma coisa mas que este executivo começou o seu mandato a pagar dívida e parece que o terminava a pagar dívida, quase mais um milhão de euros recentemente aparecidos ainda consequência da insensatez do anterior executivo. Muitas vezes era difícil explicar às pessoas porque é que não havia obra, pois as pessoas já não iam naquela de que não havia dinheiro, o problema era que tínhamos de nos lembrar que os políticos eram eleitos para resolver os problemas, achava que este executivo resolveu os problemas às pessoas que foi o de pagar a tempo e horas. Usando as palavras do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira mais vale ver a luz ao fundo do túnel do que viver na escuridão.

Interveio, de seguida o Sr. Deputado José Augusto Morais, para dizer que a União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto de Mosteiro, seguindo o exemplo de outros, convidou



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o centro cultural do Rojão Grande a apresentar a sua peça na Casa da Cultura, no dia 1 Junho, e também a ida a Vila de Barba onde existe um espaço, dando a oportunidade às pessoas mais idosas que não se deslocam à Casa da Cultura a terem acesso à cultura, sendo uma forma de trazer à freguesia a cultura que se praticava nos outros locais, também aproveitou para convidar todos para estarem presentes, às 15h desse dia, para a inauguração da 4ª Mostra das Broinhas de Santa Columba que este ano contava com um numero recorde de expositores, não só do concelho mas também de fora.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, mas como não foram colocadas questões disse que não tinha nada a registar.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.3-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2016, E AINDA A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPETIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICÍPIO; DE SANTA COMBA DÃO;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal o assunto em causa.

Terminada a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem, e como nenhum deputado se inscreveu passou para a votação.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Neste momento não estavam presentes os Senhores Deputados: Domingos Marques, do PS, Fernando Cruz e José Rui Ferreira do PPD/PSD. Este ponto foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo 13 votos do PS, dois PPD/PSD, dos senhores deputados Serafim Rodrigues e Pedro Cruz e um voto do CDS/PP e oito abstenções do PPD/PSD.

Findo este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.4-1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação acerca do assunto em epígrafe.

Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara o Sr. Presidente da AM abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Neste momento não estavam presentes os Senhores Deputados: Domingos Marques, do PS; António Correia, Fernando Cruz e José Rui Ferreira do PPD/PSD. Este ponto foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos a favor, sendo 13 votos do PS, um voto do CDS/PP e nove PPD/PSD.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.5-RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO E CONTAS DO ANO DE 2016 DA PROFACADEMUS – ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO = APRECIÇÃO;

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal a proposta de alteração acerca do assunto em epígrafe.

Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara o Sr. Presidente da AM abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem., e como nenhum deputado se inscreveu passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.6- RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO E CONTAS DO ANO DE 2016 DA COMBANIMBA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM LIQUIDAÇÃO = APRECIÇÃO;

Neste ponto dos trabalhos foi dada a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal o relatório acima referido e fazer a sua apreciação.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão deste ponto dos trabalhos, e como nenhum deputado se inscreveu passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.7- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2016 (ALÍNEA D) DO Nº2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO)= APRECIÇÃO

O Sr. Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia Municipal a 6ª alteração do plano Diretor Municipal de Santa Comba Dão, alteração por adaptação.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão deste ponto dos trabalhos, e como nenhum deputado se inscreveu passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.8-AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP / PROPOSTA DE PLANO DA DIVIDA E JUROS, REFERENTE À REPOSIÇÃO DA OPERAÇÃO: CENTRO -09-650-FEDER-004004 E CENTRO -09-0656-FEDER-001001= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação acerca do assunto em epígrafe que tem a ver com a devolução pelo Município de verbas recebidas pelo anterior executivo face aos contratos rescindidos no âmbito quadro comunitário. Explicou que isto levava a ter que devolver dinheiros e que o prazo terminava em março de 2016. Informou ter negociado um acordo para um plano de pagamento destas dívidas. Lamentou que este caso iria onerar a tesouraria do município e que estas verbas seriam importantes para o desenvolvimento do concelho. Disse que para além do valor da dívida o município teria que pagar juros à taxa de 4%. Desabafou que eram estas coisas que, por mais que quiséssemos esquecer o passado, vinham sempre à tona. Lastimou que estes acontecimentos não iriam parar por aqui e que brevemente iria dar conhecimento de outras situações idênticas e igualmente lamentáveis.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão e foi dada a palavra ao Sr. Deputado Manuel Leitão, que perguntou o que é que a Câmara tinha feito para saber onde estava o dinheiro, pois tinham de ser apuradas responsabilidades, os dinheiros eram públicos e dos contribuintes e tinham de estar nalgum lado.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que relativamente a este assunto existiam averiguações a ser feitas pelas autoridades competentes e não podia dizer mais nada

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Neste momento não estavam presentes os Senhores Deputados: Domingos Marques, do PS; António Correia, Fernando Cruz e José Rui Ferreira do PPD/PSD. Este ponto foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos a favor, sendo 13 votos do PS, um voto do CDS/PP e nove PPD/PSD.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

No último ponto dos trabalhos da Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém queria intervir.

Neste ponto, intervenções por parte do público, pediu a palavra o Senhor António José Corveira de Sousa, residente no Coval, Santa Comba Dão. Começou por perguntar se quando os senhores membros da Assembleia assinavam o livro de ponto e depois se ausentavam e iam embora se iriam pagos. Referiu que o regimento era claro, que quem saísse antes da abertura do período para intervenção e esclarecimento ao público não devia receber. Disse ter andado a controlar essa situação dos pagamentos, mas que isso nem sempre estava bem claro.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acrescentou já estar a ser hábito as pessoas virem, assinarem e depois irem embora antes do ponto referido. Depois referiu-se à Ribadão, dizendo que há muitos anos que assistia às reuniões de Câmara e das Assembleias e tinha verificado que essa situação já se arrastava há bastante tempo. Relativamente ao último acontecimento, na reunião de Câmara do dia vinte cinco de Abril, o documento de facto foi para ser discutido e depois chegaram à conclusão pelo Sr. Vereador Onofre, com a sua formação jurídica, que qualquer coisa poderia não estar bem. Dado ter-se levantado o problema todos foram unânimes em trazer o assunto para uma nova reunião. Queria dizer que quando vai um documento desses para ser discutido, e já eram vários, tinham de se ter alguma informação jurídica e, recordava-se, quando a Câmara estava em situação económica bastante débil pagavam-se pareceres a Manuel Júdice e Associados Limitada. Prosseguiu dizendo que se não se conseguiam resolver os problemas com a prata da casa tinham que se socorrer de pessoal de fora para que não houvesse dúvidas, pois leu o documento e também tinha muitas dúvidas. Por último falou sobre o turismo. Disse que se falava muito em turismo e percebia que os deputados de um lado e de outro tinham de dizer alguma coisa, o turismo era complicado, e ainda bem que a Câmara aqui há uns anos atrás estava em situação económica difícil porque senão tinham levado no Coval, onde reside atualmente, com um parque de campismo numa zona que estava a dois quilómetros da povoação, para se fazer para lá uma estrada era terrível porque aquilo era uma zona florestal. Na altura em que foram ver o terreno camarário tinham cortado os eucaliptos e via-se a água e que se lá fossem hoje não se via a água nenhuma uma vez que os terrenos adjacentes tinham uma inclinação fora de série, a um metro da margem estávamos a cinco metros de fundo. Proferiu ainda bem não ter ido para lá e que esse turismo não nos interessava. O outro tipo de turismo como o da Senhora da Ribeira disse ser preciso ser revisto. Referia-se às pessoas que tinham mais possibilidades e que lavravam a terra até à beira da água metendo as mimosas na água. Os mais pobres que conhecia e que lá iam cortar meia dúzia de eucaliptos preocupavam-se em puxar a rama para fora do limite da barragem, para fora da água, os outros largavam lá tudo, deviam ser fiscalizados. A Câmara devia fazer essas diligências. Estar a investir no turismo é estar ali junto à ponte dos caminhos-de-ferro e verificar que havia ali toneladas de lenha encostada nos remansos, as pessoas não a retiravam e as águas ficavam contaminadas e verdes.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que relativamente ao primeiro assunto, Assembleia Municipal, não podia prender as pessoas dentro da sala, mas que era um alerta e uma das funções das pessoas era controlarem os políticos e a forma como as coisas se processavam. No que dizia respeito aos outros dois assuntos deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder. Sobre a questão da Ribadão o Sr. Presidente da Câmara, relativamente, ao documento que foi a reunião de Câmara disse que existiram já vários documentos que foram retirados da ordem de trabalhos e que isso era um sinal que havia naturalmente troca de opiniões e que se ouviam todos os elementos que faziam parte do Executivo. Lembrou não ser só o Sr. Vereador João Onofre a ter dúvidas, outros elementos do Executivo também as tiveram, era uma questão complicada e que, perante tudo o que tinham na sua posse entenderam que devia ser retirado da ordem dos trabalhos, foi uma atitude prudente, depois da discussão surgiu essa decisão antes de levarem por diante algo que



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pudesse por em causa todo o procedimento entenderam retirar e analisar do ponto de vista jurídico. Relativamente ao turismo entendia que é um aspeto extremamente importante para o concelho pelas condições que tínhamos sem descurar outras iniciativas e vertentes do desenvolvimento industrial e iniciativas empresariais. Não sabia se estava de acordo se a existência de um parque de campismo no Coval seria mau, mas se a localização fosse essa concordava, mas um parque de campismo contrariamente ao que possa pensar também era um motor para o desenvolvimento do concelho, a localização tinha de ser bem pensada; relativamente à Senhora da Ribeira, na intervenção anterior não se tinha referido a ela, não tendo possibilidades de a colocar em nenhum projeto financiável iam por expensas do Município realizar algum investimento, para que já este ano possa ter alguns conjuntos de equipamentos e para que as pessoas pudessem ter melhores acessos. Se tudo corresse bem, pela primeira vez ia ser classificada como praia fluvial necessitando para isso de ter nadador salvador. Já havia um conjunto de operadores turísticos interessados em iniciativas na água, também, ia operar um barco da empresa Três Rios com capacidade para 50 pessoas, funcionando este como restaurante e estavam a tomar diligências para terem um ancoradouro próprio. Pensava que a Senhora da Ribeira este ano teria alguns melhoramentos e com uma imagem mais atrativa para captação de turistas.

A minuta da ata após ter sido lida em voz alta foi posta à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Neste momento não estavam presentes os Senhores Deputados Domingos Marques, do PS; António Correia, Fernando Cruz e José Rui Ferreira do PPD/PSD, sendo aprovada por unanimidade com vinte e três votos, treze votos do PS, nove do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas treze horas e dez minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

Paulo José Rodrigues de Sousa Ramos